



AOFA

ASSOCIAÇÃO DE OFICIAIS
DAS FORÇAS ARMADAS

COMUNICADO

NEGLIGÊNCIAS, ERROS E INCUMPRIMENTOS NO MDN

Decorrido um ano sobre a governação do Ministro Azeredo Lopes impõe-se um olhar retrospectivo sobre a sua atuação com a pasta da Defesa.

Negligências, erros e incumprimento, são as palavras que com mais propriedade, no que importa a matérias socioprofissionais militares, devem ser usadas para avaliar a sua atuação.

Negligências. A situação no IASFA, no HFAR, a atuação a propósito do Orçamento de Estado para 2017, colocaram em maior evidência como o MDN negligencia os seus deveres de tutela.

O MDN, porque não pode desconhecer que é ilegal a manutenção no cargo da vogal do IASFA; não desconhecendo, porque em audição parlamentar de 10 de novembro de 2016, foi afirmado que o IASFA não tem desde 2014 contas legalmente aprovadas; não desconhecendo a constante degradação dos serviços e da prestação de serviços do IASFA e do HFAR - nada fez para sequer começar a resolver estes problemas e por isso se sente confortável em manter a situação.

O MDN porque não pugnou por um aumento do Orçamento de Estado de 2017 para a área da Defesa, cativando 37 milhões de euros na execução ainda deste ano - prejudicou e prejudica o regular funcionamento dos ramos, impediu a normal progressão da carreira dos Militares - nada fez para sequer dar sinais de querer começar a resolver estes problemas, como aquele e a título de exemplo que ocorre com o vergonhoso e escandaloso processo de promoções dos militares.

Erros. A manutenção inalterada do articulado do último EMFAR, urdido de forma subterrânea e em segredo, pleno de distorções legais; a produção legislativa entretanto publicada a propósito do EMFAR, eivada de **arbitrariedades**, procurando a **partidarização** sublime mas profunda das Forças Armadas; mostraram que a atual política de defesa, nestas matérias, é um conjunto articulado e deliberado de erros.

O MDN porque decidiu manter inalterado o atual EMFAR, reiterando esse propósito em entrevistas que se têm multiplicado recentemente e onde é cada vez mais patente a maior habilidade e necessidade do MDN em falar por oposição a fazer, contra um consenso que é cada vez mais alargado e que já extravasa o contexto das Forças Armadas - mostrou que não sabe decidir ouvindo quem sabe e quem deve.

O MDN porque continuou e dá continuidade ao caminho da política legislativa do anterior governo, demonstrou que apenas está interessado em preservar o processo de desmantelamento das Forças Armadas e de desconsideração pelos militares e pela família militar.

Incumprimento. A prática de reiterado incumprimento da Lei Orgânica n.º 3/2001, de 29 de agosto, que impõe a participação das Associações Profissionais Militares (APM) em grupos de trabalho e comissões de estudo, quer na preparação de propostas legislativas que afetam a vida profissional dos militares quer no desenvolvimento regulamentar de legislação conexas, demonstrou que o MDN padece de uma má consciência na gestão e agravou o *deficit* democrático já existente na política de defesa nacional.

O MDN porque procura manter-se na linha governativa anterior afirma-se como um elemento político contra o contexto geral da governação de reversão das medidas gravosas aplicadas aos militares.

O MDN porque fingiu ouvir e receber das APMS contributos ao seu trabalho legislativo, e porque, nem sequer se deu já ao trabalho de consultar as chefias militares, evidenciou que não tem cultura democrática.

Porque estamos perante uma vivência antidemocrática que não pode deixar de nos preocupar, e de ser frontalmente rejeitada, pois constituí um polo de forte ameaça de retorno a um regime que o 25 de Abril afastou.

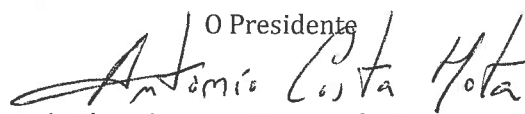
Porque sintomas de “ódio patológico e irracional” às Forças Armadas parecem estar instalados no próprio cerne da governação da Defesa Nacional.

É por demais evidente que esta política não se pode manter.

Hoje, a questão que se coloca, é desafiar o MDN a indicar uma única iniciativa que tenha sido produzida ou implementada que observasse a mais ténue melhoria que pudesse ser, na vida dos militares ou no funcionamento das Forças Armadas.

Por todas estas razões, a AOFA irá manter e pautar a sua atuação em prol da defesa e dignificação da condição militar e dar voz sobre todas as situações da mais profunda injustiça e de desrespeito pelas leis que são tónica da forma de atuar do MDN.

Oeiras, 22 de dezembro de 2016

O Presidente

António Augusto Proença da Costa Mota
Tenente-coronel